

**DEMONSTRATIVO REGIONALIZADO DO EFEITO, SOBRE AS RECEITAS E
DESPESAS, DECORRENTE DE ISENÇÕES, ANISTIAS, REMISSÕES, SUBSÍDIOS E
BENEFÍCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA, TRIBUTÁRIA E CREDITÍCIA
FUNDAMENTAÇÃO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2023

O Demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, para o exercício financeiro de 2023, foi elaborado em conformidade com o disposto no:

- Parágrafo 6.º do art. 165 da Constituição Federal, que estabelece a obrigação de o Poder Executivo apresentar demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;
- Inciso II do art. 5.º da Lei Complementar n.º 101, de quatro de maio de 2000, que estabelece que o projeto de lei orçamentária anual (LOA) será acompanhado de documento a que se refere o § 6.º do art. 165 da Constituição Federal, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

APRESENTAÇÃO DO DEMONSTRATIVO

No que se refere à renúncia fiscal, segundo o disposto no § 1.º do art. 14 da Lei Complementar n.º 101/2000, compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Este documento foi elaborado em observância ao demonstrativo de Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023, onde podemos observar unicamente possibilidade de renúncia de receita decorrente de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU

**DEMONSTRAÇÃO QUE A RENUNCIA DE RECEITA FOI CONSIDERADA NA
ESTIMATIVA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023**

IMPOSTO	2020		2021		2022 (até Agosto)		PLOA 2023
	Previsão	Arrecadação	Previsão	Arrecadação	Previsão	Arrecadação	Previsto
IPTU - Principal	258.000,00	262.185,04	275.100,00	353.995,00	350.000,00	393.553,22	435.830,00
IPTU - Div Ativa	20.500,00	52.544,48	44.100,00	100.164,07	60.000,00	53.131,98	61.800,00

Nas estimativas da receita para o exercício de 2023 foram levadas em consideração as estimativas de renúncia de receita demonstradas, em atendimento ao Art. 14, I da Lei Complementar 101/00. Tal informação pode ser comprovada na tabela acima, onde identificamos que no decorrer dos últimos anos a arrecadação de IPTU (único imposto alcançado pelo benefício do Código Tributário Municipal como já demonstrado) se concretizou sempre acima da previsão inicial, ou seja, a renúncia de receita constante da Lei Complementar Municipal 011/2005 (Código Tributário Municipal) sem sendo constantemente considerada nas previsões orçamentárias durante a elaboração dos projetos de Leis Orçamentárias.

EFEITO DA RENUNCIA DE RECEITA – REGIONALIZADO

Sendo este Ente trata-se de um município de pequeno porte, sendo basicamente subdividido entre zona urbana e zona rural, estas serão as subdivisões consideradas na regionalização.

ZONA URBANA:

Os efeitos da renúncia da receita do IPTU não contem impacto nas previsões da receita da LOA 2023, uma vez que o dispositivo legal que concede tal benefício data do exercício de 2005 (Código Tributário Municipal) sendo tal renúncia já considerada nas estimativas de receita do exercício de 2023. Ademais a arrecadação da referida receita nos exercícios anteriores também já contava com tal benefício, o que não muda o cenário previsto para o exercício seguinte, uma vez que a arrecadação municipal já vem sendo executada desta forma.

A despesa deste Ente também não deverá sofrer impacto com a referida renúncia, uma vez que as receitas de IPTU (inclusive multa e juros e Dívida Ativa) corresponde a menos de 0,90% do total da arrecadação deste Ente no exercício.

ZONA RURAL:

O único imposto abrangido pela referida renúncia refere-se sobre propriedades urbanas, não havendo o que abranger a área rural em relação às receitas.